

Estudo Técnico Preliminar 37/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: XXXXXX

2. Descrição da necessidade

2.1 A saúde é um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que decorre de um dever do estado (Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, e art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

2.2 No âmbito das forças armadas, o decreto 95.512, de 2 de abril de 1986, estabeleceu normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, dentre outras providências.

2.3 O inciso III do Art. 3º deste decreto adotou o entendimento de que a assistência médico-hospitalar abrange os serviços farmacêuticos, nos seguintes termos: *III - Assistência Médico-Hospitalar - é o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção de doenças, com a conservação ou recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes, abrangendo os serviços profissionais médicos, odontológicos e farmacêuticos, o fornecimento e a aplicação de meios, os cuidados e os demais atos médicos e paramédicos necessários.* Os grifos foram acrescentados ao texto original.

2.3.1 É importante ressaltar que a atividade laboratorial enquadra-se na atividade farmacêutica.

2.4 Nesse sentido, a disponibilização de serviço de controle de qualidade laboratorial é uma atividade de apoio ao diagnóstico sendo contemplada na assistência médico-hospitalar.

2.5 Nesse contexto, o Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS) presta assistência a aproximadamente 11.535 usuários residentes ou domiciliados no Estado de Minas Gerais. A Célula de Laboratório (CLab) provê assistência clínica aos militares e dependentes do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS), Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS), Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Lagoa Santa (DTCEA-LS), Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Confins (DTCEA-CF), Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Três Marias (DTCEA-TRM), Prefeitura de Aeronáutica de Lagoa Santa (PA-LS), além do seu próprio efetivo, sendo de extrema importância a disponibilidade de equipamentos em pleno funcionamento.

2.6. A resolução RDC nº 786, de 5 de maio de 2023, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, prevê que o laboratório de análises clínicas deve assegurar a confiabilidade dos exames realizados por meio da gestão de controle de qualidade que compreende, no mínimo, a realização de controle de qualidade interno e controle de qualidade externo, este último sendo um serviço ofertado por empresas especializadas e acreditadas para prover ensaios de proficiência laboratorial. Assim, a legislação que dispõe sobre os requisitos técnicos para funcionamento dos serviços laboratoriais determina a realização periódica de ensaio de proficiência de todos os exames executados.

2.7. Dessa forma, há necessidade de realizar aferições de controle externo de qualidade periódicas para todos os exames disponibilizados pela CLab.

2.8 Atualmente, as amostras para realização do controle de qualidade laboratorial externo são fornecidas pela empresa Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ) e o contrato se encerrará em 23/09/2024, devendo, portanto, ser feito novo processo de contratação. Informações relativas ao contrato atual serão abordadas no tópico 5 deste ETP.

2.9 Diante do exposto, há necessidade de contratação de serviço de empresa especializada em prover ensaios de proficiência laboratorial para condução do controle externo do rol de exames oferecidos pela CLab, tendo em vista atender a legislação pertinente (Resolução RDC nº 786, de 5 de maio de 2023), bem como garantir a qualidade e segurança dos trabalhos desenvolvidos, cumprindo a missão institucional da Administração.

2.10 O objeto da contratação tela foi analisado sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o COMAER, bem como para o interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Célula de Laboratório do Grupo de Saúde de Lagoa Santa	1º TEN QOFARM BIO Polyana Marques Zaquine

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Segundo o art. 16 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de agosto de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.2 O serviço a ser contratado possui natureza de serviço continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n – Vila Asas – Lagoa Santa - MG – CEP 33.236-085, no Grupo de Saúde de Lagoa Santa, na Célula de Laboratório.

4.4 A categoria profissional do técnico enquadra-se no item CBO 3912-10 da Classificação Brasileira Ocupações (Analista de controle de qualidade).

4.5 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação do(s) serviço(s), sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 01 (um) ano ser ininterrupto.

4.6 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.7 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Anexo I: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS.

4.8 A prestação dos serviços voltados para o controle de qualidade laboratorial exige pessoal técnico-especializado, associado a uma infraestrutura e tecnologia de informação e comunicação que auxiliem no

efetivo controle sobre todas as atividades, assegurando o pleno funcionamento dos aparelhos, cujo contrato não se encerra com uma única prestação, sendo realizado com periodicidade mensal.

4.9 Atualmente empresa que presta o referido serviço à CLab-LS trata-se da PNCQ, PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA, sediada na Rua Vicente Licínio nº 193, Tijuca, CEP 20.270-340, no Município do Rio de Janeiro/RJ, sendo as amostras enviadas pela Contratante mensalmente via Correios.

Sustentabilidade

4.10 A instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, atualizada 19/08/2020, prevê os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública. Seu artigo 6º dispõe sobre as práticas de sustentabilidade a serem adotadas pelas empresas contratadas práticas na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Indicação de marcas ou modelos ([art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

4.11 Na presente contratação, não cabe o tópico supracitado, visto que as amostras são enviadas pela Contratante à Contratada.

Subcontratação

4.12 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.14 A licitante está dispensada de vistoria pois o serviço de ensaios de proficiência não exige instalação ou verificação de equipamentos, nem mesmo instalação de software, uma vez que a guarda, análise das amostras e ingresso dos resultados é de responsabilidade do laboratório participante e a avaliação dos resultados pela empresa é disponibilizada no site da mesma.

5. Objeto

5.1 A Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, atualizada em 25/08/2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

5.2 O parágrafo único do Art. 1º da referida instrução define estudos técnicos preliminares como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-40-de-22-de-maio-de-2020>).

5.2.1 Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de se servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução (Art. 5º da referida IN).

5.3 Nesse sentido, constitui objeto deste estudo técnico preliminar analisar a melhor solução dentre as possíveis, do ponto de vista técnico, socioeconômico e ambiental, para realizar o serviço de controle de qualidade laboratorial externo dos exames da CLab do GSAU-LS, os quais necessitam ter sua confiabilidade assegurada para o adequado atendimento aos pacientes e cumprimento à legislação vigente. A não aferição mensal da qualidade por meio dos ensaios de proficiência inviabiliza a realização de exames laboratoriais essenciais para o diagnóstico, prognóstico, acompanhamento e tratamento dos pacientes atendidos pelo GSAU-LS, necessitando, assim, que este Grupo de Saúde encaminhe os usuários à rede conveniada, o que oneraria a Administração.

5.4 Atualmente, a CLab-LS possui contrato vigente de número 35/GAPLS-HFAG/2019, desse serviço com a empresa **PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 73.302.879/0001-08, sediada na Rua Vicente Licínio nº 193, Tijuca, CEP 20.270-340, Tel (21) 2569-6867 no Município do Rio de Janeiro/RJ, e-mail: pncq@pncq.org.br. Esse contrato irá vencer em 23/09/2024.

5.5 Importante destacar que, para o contrato atualmente em vigor, não há possibilidade renovação de contratação visto que o mesmo já foi prorrogável pelo prazo máximo admitido e constante no Termo de Referência vigente, prazo esse limitado a 5 anos, conforme versa o Art. 57, alínea II da [Lei nº 8.666, de 1999](#): *"à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses."*

5.5.1 Insta ressaltar que o Art. 107 da referida [Lei nº 14.133, de 2021](#) dispõe que: *"Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."*

5.6 Com isso, a alternativa cabível para a contratação objeto deste estudo técnico preliminar é: Contratação, por meio de pregão, de empresa para prestação de serviço de Controle de Qualidade Laboratorial à CLab.

5.7 Para viabilizar a opção acima discriminada, esta equipe de planejamento entende que a utilização do Pregão seria, desde que não haja melhor entendimento, a modalidade mais adequada.

5.8 Isso ocorre porque o objeto da contratação enquadra-se na descrição de serviços comuns, visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do artigo 1º da lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

5.9 Nesse caso, o uso da modalidade pregão na forma eletrônica será obrigatório, nos termos do § 1º do Art. 1º do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

5.10 Após toda a análise até aqui implementada, foi possível definir o objeto da licitação que se pretende, o que se faz nos seguintes termos: “Contratação de serviço de Controle de Qualidade Laboratorial para a Célula de Laboratório do GSAU-LS”, nos termos dos autos do processo.

5.11 Cumpre esclarecer, por fim, que a contratação em tela foi analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o COMAER, bem como para o interesse público, motivo pelo qual foi autorizada a abertura do correspondente Processo Administrativo de Gestão.

6. Levantamento de Mercado

6.1 A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. De modo que a aferição do mercado deverá obedecer a este normativo.

6.2 Segundo o inciso I do Art. 2º da referida instrução normativa, preço estimado é o valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados.

6.3 Para apurar o preço estimado, a solução encontra-se no Art. 5º da mencionada instrução normativa, conforme transcrito a seguir: *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório; II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório. §1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.*

6.4 Considerando o que dispõe o § 1º do Art. 5º acima transcrito, a equipe de planejamento procurou realizar a sua composição de custos a partir de três cotações realizadas no banco de preços, o qual disponibiliza dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRASNET. A cotação foi complementada por pesquisa em sítios especializados e pesquisa direta com fornecedores para o item em que não havia três preços disponíveis, concordantes e condizentes com o praticado no mercado, no banco de preços.

6.5 Como pode ser visto, os parâmetros para a formação do preço obedecem à norma de caráter cogente, da qual a Equipe de Planejamento não poderá se afastar.

6.6 Assim posto, atentando-se principalmente quanto aos aspectos técnicos, este hospital não vislumbra outra possibilidade senão a formação de preços de acordo com o descrito acima.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Segundo o Tribunal de Contas da União, uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação. (Link: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnLine.htm>; data e hora da consulta: 20/09/2023, às 12:02).

7.2 O risco que se pretende evitar é aquele que decorre da falta de planejamento da solução como um todo, levando a aquisição de somente parte da solução, com consequente impossibilidade de atender a necessidade do objetivo que motivou a contratação.

7.3 Segundo o Art. 5º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, já transcrito neste documento, os ETP deverão **evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis**, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação. O grifo em itálico e em negrito foram acrescentados ao texto original.

7.4 Já segundo o inciso IV do Art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, os comentários a esse tópico não podem prescindir das justificativas técnica e econômica para a escolha do tipo de solução, conforme destacado a seguir: Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, **as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital: (...) IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.**

7.4.1 Como pode ser visto, as justificativas deverão discorrer quanto a aspectos envolvendo as viabilidades técnica e econômica. Ou seja, a escolha tem que passar pelo crivo da viabilidade técnica e, entre as opções tecnicamente viáveis, qual seria a alternativa mais econômica.

7.5 Vamos ao primeiro ponto, nos termos do já discriminado Art. 5º da Instrução Normativa nº 40: “evidenciar o problema”: necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de qualidade laboratorial dos exames realizados pela CLab do GSAU-LS, visando promover uma adequada atenção aos usuários, garantindo a qualidade e segurança do trabalho prestado.

7.6 Isso porque a condução de ensaios de controle de qualidade externo de todos os processos analíticos envolvidos na realização dos exames oferecidos pelos laboratórios de análises clínicas é uma exigência da RDC /ANVISA nº 786, 5 de maio de 2023, que dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de laboratórios clínicos, com o objetivo de garantir a qualidade, confiabilidade e exatidão das dosagens analíticas realizadas por tais serviços de saúde.

7.7 Segundo a RDC/ANVISA nº 786, de 5 de maio de 2023, controle externo da qualidade (CEQ) é definido como:

“Determinação da exatidão e do desempenho do processo analítico dos exames de análises clínicas (EAC), realizada por meio de comparações interlaboratoriais conduzidas por Provedor de Ensaio de Proficiência, também conhecido como Programas de Ensaios de Proficiência.”

7.8 Ainda segundo a mesma resolução, o provedor de ensaio de proficiência é definido como:

“Organização acreditada conforme a norma ISO/IEC 17043, responsável pela realização dos programas de ensaio de proficiência, utilizados para monitoramento analítico dos exames.”

7.9 Desta forma, conforme detalhado acima, a condução do CEQ é uma obrigação prevista em lei para o funcionamento dos laboratórios clínicos, sendo este um serviço especializado que apenas pode ser prestado /fornecido por organizações devidamente autorizadas e acreditadas conforme normas internacionais.

7.10 Diante do exposto, conclui-se que a solução possível para o problema aqui levantado é aquisição desse serviço especializado e obrigatório por meio de licitação na modalidade de pregão eletrônico.

7.11 Cumpre esclarecer, por fim, que a contratação em tela foi analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o COMAER, bem como para o interesse público, motivo pelo qual foi autorizada a abertura do correspondente Processo Administrativo de Gestão.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi feita com base nas recomendações constantes na RDC nº 786, de 5 de maio de 2023, juntamente com os dados do contrato atual fornecido pela CLab do GSAU-LS.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.362,51

O custo estimado da contratação é de **R\$ 18.362,51**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 O desenvolvimento adequado do presente tema para a obtenção do objeto que se pretende terá grande importância sobre o sucesso na fase de seleção do fornecedor e, posteriormente, na fase de execução do objeto.

10.1.1 Isso porque ao “não parcelar o que deve ser parcelado” poderá a Administração assumir o risco de diminuir a competição por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.

10.1.2 Por outro lado, ao “parcelar o que não deve ser parcelado”, poderá decorrer dessa decisão a inviabilização da solução que se pretende, ou mesmo desestímulo à participação no certame.

10.2 Observando aspectos puramente conceituais, é possível deduzir que o parcelamento tem estreita relação com a obtenção de bens pela Administração junto à iniciativa privada, conforme pode ser visto nas transcrições constantes nas alíneas “a”, “b” e “c”, adiante, assim como para a contratação de serviço, conforme pode ser visto na transcrição constante na alínea “c”:

a) Segundo o inciso X do Art. 6º da Lei 14.133/2021, compra foi definida como “ aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento”. O grifo em negrito foi acrescentado ao texto original.

b) E segundo o inciso V do Art. 40 da Lei 14.133/2021, “ O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar: (...) V - atendimento aos princípios: b) do parcelamento, quando for

tecnicamente viável e economicamente vantajoso.” O grifo em negrito foi acrescentado ao texto original.

c) Segundo o inciso II do Art. 47 da Lei 14.133/2021, “ As licitações de serviços atenderão aos princípios: II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.” O grifo em negrito foi acrescentado ao texto original.

10.3 Sabe-se, portanto, que o parcelamento do objeto da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível.

10.3.1 Mas não é só isso, ou seja, o parcelamento do objeto da solução deverá ocorrer desde que se verifique que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, já que o inciso II do Art. 47 da Lei 14.133/2021, transcrito acima, condiciona a divisão em parcelas à comprovação da viabilidade técnica e econômica.

10.4 Conquanto o objetivo da norma, ao impor o parcelamento do objeto, seja “(...) ampliar a competitividade, sobretudo porque algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame.” (link: <https://inovecapacidade.com.br/o-parcelamento-do-objeto-de-acordo-com-a-jurisprudencia-do-tribunal-de-contas-da-uniao/>; data da consulta: 27/7/2022) e embora a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, por meio do enunciado da Súmula nº 247, nos informe que o parcelamento é “a regra” (link: <https://inovecapacidade.com.br/o-parcelamento-do-objeto-de-acordo-com-a-jurisprudencia-do-tribunal-de-contas-da-uniao/>; data da consulta: 27/7/2022), a equipe de planejamento entende que o não parcelamento da solução representará a melhor solução para a Administração contratante, com vantagens sob o ponto de vista administrativo, assim como para aqueles que concorrerão à disputa, visto que o não parcelamento não restringirá a competitividade no presente caso. É que a definição e o método para avaliar se o objeto é divisível, deve levar em consideração, como já dito, o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação, nesses moldes, assegure, concomitantemente: ser técnica e economicamente viável; que não haverá perda de escala; e que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

10.5 Nesse sentido, a ideia do parcelamento ganha relevância, seja na compra de material, seja na contratação de serviços, quando o objetivo é ampliar a competitividade, o que não faz sentido em uma aquisição de baixo valor, como no caso ora em análise, visto que todos os pequenos empresários poderão concorrer. Ou seja, não haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade com o parcelamento do objeto.

10.6 Em suma, o não parcelamento da solução representa a melhor solução para a Administração contratante, com vantagens sob o ponto de vista administrativo, mas principalmente para ampliar a competitividade entre aqueles que concorrerão à disputa, visto que o não parcelamento não restringirá a competitividade no presente caso. Muito pelo contrário, estimulará a participação no certame.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Considerando que a empresa vencedora possui pessoal treinado para a correta execução dos serviços e conhecimento técnico necessário, não há necessidade de contratação correlata.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a “sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica”, o planejamento institucional pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

12.2 O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Programa de Trabalho Anual.

12.3 O Programa de Trabalho Anual é confeccionado por todas as Organizações Militares do COMAER, sendo aprovado pelo respectivo Comandante, Chefe, Prefeito ou Diretor.

12.4 Ainda segundo a diretriz mencionada, o alinhamento estratégico do COMAER permite o encadeamento do processo de planejamento da Instituição desde o nível estratégico até os níveis operacional e tático, sendo que cada um dos níveis apresenta a mesma lógica de planejamento.

12.5 O PEMAER, documento concebido com vigência de dez anos, decorre da Concepção Estratégica e divulga a Cadeia de Valor, onde estão agrupados todos os principais processos realizados na Instituição.

12.6 No nível operacional, para cumprir sua missão, cada ODSA executa uma fração da Cadeia de Valor. Para alcançar sua visão, os ODSA estabelecem Objetivos Setoriais, os quais são desdobrados em Projetos Setoriais. Metodologia semelhante ocorre no nível tático com a definição de Atividades Orgânicas, Objetivos Orgânicos e Projetos Orgânicos.

12.7 A execução de qualquer tipo de projeto ou atividade somente ocorre no nível tático, seja ele representado por uma organização subordinada a um ODSA ou por seu próprio Quartel General (QG).

12.8 Projeto é um esforço temporário planejado e empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, mediante a realização de um conjunto de tarefas interrelacionadas ou interativas, com início e término bem definidos.

12.9 Atividade é um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportada por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender aos processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização para o cumprimento de sua finalidade.

12.10 Considerando que as atividades compõem a imensa rede de tarefas rotineiras que oferece a todas as OM do COMAER as condições necessárias para cumprirem suas missões, a qualquer hora do dia e em qualquer dia do ano, é primordial que o planejamento institucional considere as nuances que permeiam o cotidiano de suas organizações.

12.11 Dessa forma, é imprescindível priorizar recursos para que as organizações e os principais Sistemas da Aeronáutica mantenham-se sempre em efetivo funcionamento, provendo à Força Aérea a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão.

12.12 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. Será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: 00001/120636; Fonte de Recursos: 1005000140; Programa de Trabalho: 214550; Elemento de Despesa: 339039; Plano Interno: A0000420000.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Segundo o inciso X do Artigo 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, “resultados pretendidos” diz respeito a “efetividade” e “desenvolvimento nacional sustentável”, conforme transcrito a seguir: a) *Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital: (...) X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.* O grifo em itálico foi acrescentado ao texto original.

13.2 No Art. 5º da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, a competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei no 4.657, de 4 de setembro de 1942.

(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

13.3 O desenvolvimento nacional sustentável desdobra-se em novos contornos consubstanciados na satisfação de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais.

13.4 No caso da contratação ora em análise, é possível vislumbrar a dimensão social e econômica da contratação, exatamente em função de ser um objeto que será adjudicado por item e, por isso mesmo, a competitividade ocorrerá entre as faixas de empresários, provavelmente locais, que teria menor capacidade de concorrer se o objeto fosse adjudicado pelo valor global.

13.5 Por outro lado, na contratação ora em análise, não há que se falar em dimensão ambiental nem tão pouco de destinação correta dos resíduos sólidos a ser imputado como obrigação da contratada, a não ser o que já consta neste documento, visto que o subproduto que será gerado decorrerá de atividade do GSAU-LS.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Considerando que o Grupo de Saúde de Lagoa Santa já possui contrato (34/GAPLS-HFAG/ 2021) para recolhimento e destinação final dos resíduos sólidos, não haverá providência outra a ser adotada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

15.2 Na lição de Bitencourt (2014), a sustentabilidade é um componente que visa tanto a qualidade de vida das pessoas quanto a do meio ambiente, de modo que as ações humanas devem atender às necessidades da sociedade sem comprometer os ciclos naturais, a fim de preservar o ambiente para o futuro, retirando recursos que permitam a recuperação da natureza e, quando não for possível essa recuperação, buscar alternativas ao uso.

15.3 A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os requisitos ambientais discriminados no item 4. Descrição dos Requisitos da Contratação.

15.4 Além disso, a empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas na execução dos serviços: I – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; e II – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15.5 Por fim, a empresa contratada deverá, ainda, adotar as seguintes normas: I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, por exemplo, energia; IV – Geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

16. Acesso à informação

16.1 Não se vislumbram quaisquer imposições de grau de sigilo, no todo ou em parte, do processo de contratação do objeto deste estudo, devendo ser observado o disposto no inciso I do art. 3º da Lei nº 12.527, de 2011. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm).

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 A contratação de serviço de controle de qualidade laboratorial para os exames realizados pela CLab do GSAU-LS, cumpre o que prevê a Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

17.2 Nesse sentido, a viabilidade justifica-se porque a equipe de planejamento atendeu a todos os requisitos postulados no documento citado.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

POLYANA MARQUES ZAQUINE

Membro da Comissão

PATRICIA CAMPOS DE MELLO

Presidente da Comissão



Assinou eletronicamente em 26/07/2024 às 11:13:59.

SANDRA SIMON CALADO

Ordenadora de Despesa

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 14. Instrumento de Medição de Resultado (IMR) Controle de Qualidade 2024 (1).pdf (95.86 KB)

Anexo I - 14. Instrumento de Medição de Resultado (IMR) Controle de Qualidade 2024 (1).pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Avaliação da qualidade dos serviços)

OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de natureza comum de Controle de Qualidade Laboratorial. do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS)	
INDICADOR: Comportamento da empresa com relação ao cumprimento do contrato	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir que o serviço seja concretizado conforme descrito no Termo de Referência.
META A CUMPRIR	Empenhar a funcionalidade de acordo com o previsto
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Serão aferidas por meio do recebimento, análise, comprovação e aceitação dos serviços solicitados, por meio de conferência do serviço prestado e de notas fiscais emitidas pela contratada. Caso tenha ocorrido alguma infração constante na TABELA II (abaixo), o Fiscal apontará no referido relatório
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Inspeções periódicas do Fiscal de Execução do Contrato
PERIODICIDADE	De acordo com a demanda da contratante
MECANISMO DE CÁLCULO	Cada nota fiscal emitida pela contratada será analisada e conferida pelo Fiscal do contrato, que irá confrontá-la com o serviço prestado e o respectivo orçamento, caso esteja em conformidade, será encaminhada ao setor responsável para fins de pagamento.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data de assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE	De acordo com o grau das correspondências discriminadas na TABELA I (abaixo)
OBSERVAÇÕES	-----

DO PAGAMENTO	De acordo com o Termo de Referência
SANÇÕES	A prestadora ficará sujeita às sanções previstas no edital

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

Lagoa Santa, 03 de junho de 2024.

Elaborado por:

PATRÍCIA CAMPOS DE MELLO CAP QOFARM HOS
Membro da Comissão

Conferido por:

ANDERSON NEVES PEREIRA TEN CEL INT R1
Agente de Controle Administrativo

Aprovado por:

SANDRA SIMON CALADO TEN CEL MED
Comandante do GSAU-LS
Ordenador de Despesa



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	26/07/2024 14:17:56
Páginas do Documento:	16
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	17
Hash MD5:	a2acf2ab80348ed53b5a9887e0c179f5
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PATRICIA CAMPOS DE MELLO no dia 26/07/2024 às 11:22:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten POLYANA MARQUES ZAQUINE no dia 26/07/2024 às 11:23:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major LUCIANO OLIVEIRA MORAIS DE ASEVEDO no dia 26/07/2024 às 12:08:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RAMON BATISTA DE ARAUJO no dia 07/08/2024 às 14:46:42 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO